



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 033/2024

(Plenária Presencial)

Aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e vinte quatro, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, nas dependências da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS, Av. João Pessoa, 1105 – Azenha – Porto Alegre, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA**; Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM**; Lisete Aparecida da Silva Felipe, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**; Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, Apae/Porto Alegre**; Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**; Luciane Escouto, **Instituto Leonardo Murialdo**; Priscila Balestrin, **Parceiros Voluntários**; Débora Nunes, **Fundação O Pão dos Pobres**; Natália Vieira, **Amigos do Hospital Materno Infantil – AHMI**; Luiz Alberto Mincarone, **Associação Beneficente Amurt-Amurtel**; e Francyne Rosa, **CEA**.

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Guilherme Furrh, **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS**; Letícia Giardin, **Fundação de Assistência Social e Cidadania – Fasc**; Sônia Silvestrin, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**; Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**; Adriana Paz, **Secretaria Municipal de Educação – SMED**; Aline Borges, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – Smelj**; e Carlos Fernando Simões Filho, **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**;

DEMAIS PRESENTES:

Mirela de Cinta, Loiva Dietrich, Ângela e Érica, **FASC**; Íris Cândido, **Administrativo SMDS**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquígrafia**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;

3. Informes.

Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA;

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –

Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Boa tarde. Iniciando mais uma plenária.

Então hoje nós temos, no primeiro momento, a presença da FASC. **Frei Luciano Elias**

Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA: Carol, cabe sinalizar para a

equipe que dia 29 de outubro vai ter uma capacitação para os conselhos tutelares, e um dos

temas prioritários vai ser a questão do acolhimento institucional, uma compreensão. Um dos

formadores vai trabalhar o Afonso Konzen. Vai ser na PUC. A Maria Augusta. Seria bom se

alguém lá da FASC pudesse participar junto. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**

Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do

CMDCA: Não, no mesmo dia o Calábria também está chamando para um seminário, que eu

acho que é alguma coisa também relacionada ao SUAS. Tem um evento aí dia 29 e 30, daí um

é SUAS, bem interessante. E o nosso é de manhã e tarde também. Vou pegar aqui. Pela manhã

é Acolhimento Institucional na Perspectiva do Ministério Público com a doutora Maria

Augusta. E à tarde, é desmistificando o CRAI com a coordenadora do CRAI, a Maria de

Fátima. E aí depois, o Sistema de Direitos e Garantia e o papel do Conselho Tutelar com o

Afonso Konzen. Ótimo. Poderia ser importante as equipes dos CRAS, dos CREAS que

conseguirem participar com o pessoal do Calábria. Tem como enviar o convite? Mando agora

já. **Loiva, FASC:** Bem importante. Nós fizemos algumas provocações lá no seminário que

teve do Primeira Infância, não deu conta do seminário, porque bebês acolhidos. Mas agora a

Mirela vai trazer mais. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**

Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Tá. Então, diante dessas

questões em que nós estamos trabalhando para a capacitação do conselho tutelar e também

que surgiu a necessidade da gente, lá no início do ano, a gente colocou no nosso plano de ação

montar e pensar um diagnóstico de políticas públicas para a criança e o adolescente, vazios de

atendimento e também, principalmente, como que está sendo feito hoje as execuções e o que

que falta, um diagnóstico real para a gente poder pensar aonde, principalmente, a gente vai

estar agindo ou qual é a prioridade da prioridade. A gente sabe que com a pandemia, com a

62 calamidade, enchentes e tudo mais, o trabalho infantil aumentou gritantemente. A gente sabe
63 que a questão de abuso sexual aumentou gritantemente. A questão de acolhimento institucional
64 está cada vez mais explodindo. Hoje de manhã, antes de eu sair, eu não consegui sair, me
65 atrasei literalmente, porque eu tinha que ver duas notícias sobre criança e adolescente,
66 crianças, bebês. A situação daquela mulher em que foi brutalmente assassinada, a questão das
67 duas crianças gêmeas em que faleceram com uma semana, mais ou menos, de diferença. E há 2
68 meses, mais ou menos, aquelas duas crianças também. Então estão vindo tantas questões e a
69 gente se coloca muitas vezes num papel de aonde atacar primeiro, ou aonde a gente pode fazer
70 um recurso que a gente tem ser mais eficaz e ser mais, talvez, se a gente conseguir, não
71 acontecer algumas situações em que estão acontecendo, não chegarem tão próximo de Porto
72 Alegre, vamos dizer assim. Mas e aí por isso que a gente chamou vocês para a gente poder ter
73 essa fala, essa conversa, a apresentação de alguns dados para nós, que também a gente viu a
74 apresentação de vocês lá para os conselheiros tutelares e na reunião em relação ao juizado. E
75 lá vocês trouxeram alguns dados, principalmente sobre a questão de acolhimento emergencial,
76 e eu acho que é algo que o Conselho vai ter que chamar também para a gente poder discutir
77 com densidade, não vai ser só com o conselheiro tutelar, só com o juizado, ministério, mas
78 com o todo. E aí, queria poder ouvir vocês. Não sei se tem alguma questão a mais, gurias, é
79 isso? Tá. Então, queria ouvir vocês, por favor. Se apresentem que daí só para a gente dar uma
80 registrada. **Ângela, FASC:** Nós começamos aqui. Oi, boa tarde. Eu sou a Ângela, trabalho na
81 FASC, no núcleo do acolhimento da criança e do adolescente. Faço parte da equipe da gestão
82 das vagas do acolhimento municipal. **Érica, FASC:** Boa tarde. Eu sou a Érica, sou assistente
83 social do planejamento socioassistencial na assessoria de planejamento e dizer que a gente está
84 num processo também de elaboração, de confecção do nosso diagnóstico da assistência.
85 Queria ver com vocês se vocês já têm alguma previsão, um prazo que vocês querem, porque
86 alguns dados que a gente vai coletar é para o nosso diagnóstico. Só para a gente poder
87 também contribuir nesse sentido. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
88 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Posso falar
89 então sobre isso. Nós aprovamos, eu acho que faz umas 2 semanas, o projeto técnico para a
90 pesquisa, e está na ASSETEC. E agora na última semana de outubro, nós vamos ter uma
91 reunião com a procuradora e nós vamos estar levando para a gente poder ver a parte
92 operacional. Se vai ser edital, se vai ser licitação, se vai ser dispensa, de que forma mais rápida
93 também que a gente conseguiria. A nossa ideia da conclusão é para os 35 anos do ECA. E aí a

94 gente gostaria de fazer um evento para a cidade, para a apresentação do diagnóstico, com
 95 potencialidades, com dificuldades, e aí pensar nessas questões também. Só para a gente saber
 96 também, hoje, atravessando a sinaleira, o pessoal que desceu, que é do gabinete do secretário,
 97 me perguntou se o secretário tinha falado comigo sobre a publicação do ECA. E eu disse:
 98 “não, isso não”. Aí ela disse assim: “a gente está pensando em relação aos 35 anos do ECA”. E
 99 eu disse: “então, precisamos conversar, porque nós também estamos pensando num evento
 100 para os 35 anos do ECA”. Então a gente pode unir forças, né, enquanto cidade, e não fazer
 101 dois eventos ao mesmo tempo. Eu acho que é muito mais prático a gente se organizar, fazer
 102 um belo de um evento com todas as parcerias, com toda, que nem eu digo assim, independente
 103 de FASC, SMED, SMDS, o que é prefeitura, a gente pode fazer uma coisa só, acho que bem
 104 bolado também. Só fechei meu parênteses. **Loiva, FASC:** Meu nome é Loiva, sou assistente
 105 social, estou na direção técnica da FASC. **Mirela, FASC:** Eu sou a Mirela, sou psicóloga. Eu
 106 trabalhei 22 anos na porta de entrada do município, no abrigo municipal único que abriu em
 107 parceria ali com o CPCA. A gente tem essa parceria desde 2003. E a gente faz o acolhimento
 108 emergencial desde 2016. Se vocês quiserem, a gente tem dados desde 2016 totalmente
 109 catalogados do emergencial. A gente tem desde o desenvolvimento. Vai mudando um
 110 pouquinho o escopo, mas os números e os dados a gente tem desde o começo. O que é
 111 comum: faixa etária, número de acolhimento, quem acolheu, a gente tem. Então acho que
 112 facilita um pouco, tem bastante material. Inclusive dos perrengues durante, a gente foi
 113 sistematizando e tem muita produção feita dentro do acolhimento emergencial. Eu peço
 114 desculpas pela apresentação, porque ela desconfigurou nesse computador. Vamos dizer que
 115 tem computadores piores que o da FASC, o que é quase inacreditável, mas tem. Eu trouxe um
 116 resumo do resumo do resumo dos números, tirei um pouco das coisas que eram e trouxe uma
 117 coisa bem específica em relação ao acolhimento para vocês terem uma base. **Frei Luciano**
 118 **Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** E eu acho que seria
 119 importante, nós queríamos, eu tenho compartilhado, os entraves e as dificuldades no sistema.
 120 Como é que, onde estão os pontos? **Mirela, FASC:** Trouxe um resumo também bem resumido
 121 para a gente poder fazer uma discussão. Então, primeiro vou dizer os números para depois a
 122 gente fazer uma discussão um pouco do que a gente tem passado. A demanda de acolhimento,
 123 ela... Ali a gente está, que eu trouxe desde 2017, porque começou o acolhimento emergencial
 124 a partir de um termo de colaboração do judiciário com o judiciário em 2016. E aí veio para a
 125 gente executar, como as coisas geralmente acontecem. E aí eu tenho os números, mas aí só

tenho os do emergencial, então eu não trouxe. Eu trouxe desde 2017 que aí já tem os do judicial para a gente fazer uma comparação. Então, quando começa, já começa o emergencial lá em cima. O emergencial era para ser uma coisa excepcional do excepcional, e aí acaba se tornando, vocês vão ver o movimento lá. O emergencial, até a pandemia, ele era maior do que o acolhimento judicial. Ali no pós-pandemia, 2021 empatou, 2022 começou a mudar, o judicial ficou maior. Um pouco maior, mas ainda assim a gente tem um volume expressivo de acolhimentos emergenciais. Mas o que aconteceu no judicial? Se vocês observarem, de 2022 para cá, teve um boom no acolhimento judicial. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Todo mundo sabe o que é acolhimento emergencial? **Mirela, FASC:** Não? Começa pelo bê-á-bá. Então, o acolhimento... Pela lei, pela 12.010, que altera o ECA, o acolhimento passa a ser exclusivamente judicial. Todo acolhimento tem que passar pelo juiz, o juiz autorizar ou determinar. Então, ele deixa de ser prerrogativa do Conselho Tutelar e passa a ser exclusivamente do judiciário. Só que a gente sabia que o conselheiro acolhia. E aí, de noite, de madrugada, tomar quentão lá no plantão do Fórum, e todo mundo que trabalhou com infância sabe que mais cedo ou mais tarde tem essas coisas, eles foram lá e pediram para que tivesse a prerrogativa de fazer um acolhimento emergencial. O conselho não pode fazer acolhimento emergencial. Quem faz o acolhimento emergencial é a instituição de abrigo, é o que está na lei. Então, o que eles fizeram? Fizeram um termo de compromisso dizendo que o conselheiro poderia trazer para o abrigo, e o abrigo faria o acolhimento. E aí, teoricamente, a gente podia dizer: “não, isso aqui não, isso aqui está incompleto, leva de volta”. Na prática, a gente sabe que acaba acontecendo de outro jeito. Acabou continuando a prática de acolhimento do Conselho Tutelar junto com o acolhimento judicial, esse obrigatório. O que que acontece dentro da lei? Tem que ter um monte de coisa para tu acolher, um monte de papel, né? Tem que dizer, tem que voltar, tem que abrir uma inicial, tem que julgar, então tem um processo longo. O Conselho diz assim: “bom, mas a criança está em risco, não pode esperar tanto”. Só que, com o tempo, não eram mais os casos de emergência, eram casos que deveriam ter sido judicializados, avaliados, passados pela rede, e o pessoal vira uma bagunça. Isso é uma coisa. Então, o emergencial se torna tudo aquilo que o Conselho traz sem passar pelo judiciário antes. É para passar pelo judiciário depois, em até 24 horas, como diz a lei. E de um tempo para cá, nem isso mais está acontecendo. Então a gente está num momento muito delicado, que depois a gente vai discutir um pouquinho. Então, vamos começar os números. O que

aconteceu? Disparou o emergencial porque é mais fácil. O Conselho leva lá e pronto, depois. Aí, a gente teria que instruir, o Conselho teria que acompanhar a audiência, teria que estar trazendo o expediente, teria que fazer todo aquele processo que ele tem que fazer para o judicial, mas aí ele não faz, por n motivos. Aqui não trouxe, porque, mas se tu vai comparar o que é do plantão e o que é da micro, tu vai ver que 70% a 80% dos acolhimentos não são feitos no plantão, são feitos pela própria micro, que deveria seguir o fluxo normal, já que a micro está ali, ou seria uma excepcionalidade, tu teria que ligar, tipo para a escola, tipo para um serviço que atende lá. Então, o que a gente vê? Só que a gente vê que depois da pandemia, a gente tem um aumento expressivo dos acolhimentos judiciais. E vocês estão vendo ali que o emergencial não muda muito o número, está mais ou menos a mesma coisa. Então, aumentou o judicial, mas não diminuiu o emergencial. E o que tem ali? Recém-nascidos, numa quantidade absurda. Só que o que acontece? A gente, como tinha essa certa queda do judicial e tal, a gente teve uma diminuição de metas, que foram as metas dos serviços residenciais inclusivos. E tinha toda a ideia de ter família acolhedora, outras modalidades que não fossem acolhimento institucional. Então, teve uma diminuição de metas porque a gente pressupunha abrir mais família acolhedora, abrir os RIs, e aí o que aconteceu? A gente hoje recebe dentro da rede, de 2022 para cá, mais do que a rede tem de vagas. Todo ano tu recebe 800 crianças novas na rede, todo ano. A rede não tem 700 metas. E tem uma outra coisa: o encolhimento da FPE. Durante os primeiros anos, a FPE acolhia com a gente mais ou menos o mesmo número. Hoje a FPE tem acolhido cada vez menos. Então a gente tem o fechamento dos abrigos da Fundação de Proteção, aliados a tudo isso. Então, ali eu botei os gráficos, né, do judicial e do emergencial, tem mais ou menos, vocês têm picos e vales, tem as situações que têm a ver com o contexto, e a questão das, do total de acolhimento e as metas disponíveis. Só que a gente sabe, entrou, mas não saiu todo mundo. Tem crianças que estão com 20, 10 anos no acolhimento. Então, por mais que entrem menos crianças que vagas, as vagas, elas não têm todas as vagas ali, porque as crianças vão usar a vaga 2 a 3 anos. Então é isso. A próxima lâmina, por favor. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Deixa eu só nessa lâmina ali. Qual é a quantidade de crianças e adolescentes acolhidas hoje? **Mirela, FASC:** Hoje, acolhidos hoje? Aquele número ali, ó, 600... O número das metas, a gente está com... Quanto que a gente sabe? Quanto é que tem totalmente, quantas vagas a gente tem abertas hoje? A gente tem 670 casos acolhidos. A gente tem, no mínimo, 660 acolhidos hoje. Deve ter 10 vagas na

rede só de ruim. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá, e a capacidade, ou a quantidade de metas que se tem? **Mirela, FASC:** 675. Em Porto Alegre tem 675. Todas as modalidades, porque aí tem isso: tem casa lar, família acolhedora, e abrigo. O total, né, 675.

Érica, FASC: Teve uma redução, né, de 2015 para cá? **Mirela, FASC:** 2018. Isso que eu falei. Houve um fechamento, porque nós tínhamos a Casa Lar, estava com muitas metas ociosas, muitas metas ociosas. Tem números para tudo. Depois eu tenho o relatório. Foi até a pandemia. Isso não tem a ver com a pandemia, isso tem a ver com a configuração do judiciário, é outra coisa. Eles entravam e saíam enquanto estava funcionando os mecanismos criados no TAC. O TAC previa uma audiência até 24 horas, a gente pedia uma extensão, e a gente pedia 5 dias para poder ler o caso, fazer uma avaliação, pedir para o conselho, e aí na audiência o juiz avaliava o caso e desligava. O que aconteceu? Em 2019, vocês podem ver ali, morreu a juíza. Em 2019 que ela morreu, né? Foi em 2019. E começou uma série de trocas de juízes que não conheciam a matéria e mudaram completamente a forma que é um dos nossos que a gente está aqui por isso. Mudou muito a forma que o judiciário encara a rede, o executivo em geral, e o acolhimento em especial. A pandemia mudou, porque na pandemia diminuiu muito o número de acolhimentos. Vocês podem ver ali, ó, em geral, né, 2019, 2020, 2021 tem uma queda expressiva. E a gente explode lá em 2022, vai lá em cima. Volta a um número maior que na pandemia. Isso aqui tem no relatório, depois eu posso dar para vocês, tem o relatório de todos esses anos. O que que acontece na real? Na pandemia, os juízes pararam de trabalhar, eles focaram no trabalho remoto e nunca mais voltaram. As audiências eram virtuais, mudou completamente a dinâmica, tu não tem mais o corpo a corpo, o juiz não deixava mais todo mundo entrar na audiência, aí virou uma confusão. É uma outra coisa. Acho que tem a pandemia, mas a pandemia criou uma situação no judiciário que impacta diretamente no que a gente está vendo hoje como um mote. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** E eu lembro que eu várias vezes aqui comentei, quando nós fizemos o plano em 2012, e a gente reativou semana passada a comissão do plano municipal de convivência familiar e comunitária. Em 2012, quando fizemos na Assembleia, aquele Faccinetto, que era o promotor, o maior especialista que tinha, ele na época estava escandalizado com o número de acolhimentos que tinha naquela época. E ele desafiou naquele plano que a gente fizesse uma redução. E desde aquela época, vocês viram ali que aumentou a rede, na pandemia diminuiu, agora ela está um pouco abaixo, mas aquilo que a gente falou das,

da rede básica nossa que é muito frágil. Que a gente precisa criar nas comunidades mecanismos de proteção dessa criança. **Mirela, FASC:** Eu não queria, eu quero dar um toquezinho antes de passar a palavra sobre isso. Eu peguei os dados da última pesquisa que o pessoal fez, do Ministério Público, do CNMP, Conselho Nacional do Ministério Público. O acolhimento, a gente tem, não tem números de acolhimentos em Porto Alegre, tem por estado. Tem a ver com a lógica do próprio judiciário do estado. Porto Alegre, o Rio Grande do Sul, ele tem 299 serviços de acolhimento. É o terceiro maior do país. Perde para Minas Gerais, que tem 396 serviços, e para São Paulo, que tem 742. Se tu pensar que um estado com a população de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, tem mais acolhimento que a Bahia, que o Rio de Janeiro, enfim, não vou nem discutir. E outra coisa, RI, que é uma coisa que a gente, esse eu tenho os números, né? E a gente conversou com São Paulo. São Paulo tem o dobro de residenciais inclusivos, que é população de adulta, mas tem muita gente egressa do acolhimento institucional, tem o dobro, só que tem uma população dez vezes maior. A gente infere que a gente acolhe mais que os outros lugares. Com certeza. A gente infere isso. Tem uma cultura de acolhimento. **Loiva, FASC:** Tanto para idoso quanto para criança, e aí eu entro um pouco na linha do que o Frei está falando, o que que a gente está pensando, o que a gente está pecando na área da prevenção de base e de média complexidade, ou a gente não está trabalhando integradamente entre as políticas, ou os emergenciais são de situações banais: conflito familiar, adolescente, conflito com a mãe, com o pai, vai lá e acolhe. Não é motivo de acolhimento, é motivo de mediação. É castigo, castiga o adolescente. Ou então, insuficiência alimentar, acolhe a criança. Então, assim, são coisas que a gente tem que estar pensando, por que nós temos essa cultura do acolhimento? Porque tem que dar certo o acolhimento. Agora, um enorme número de bebês, nós fizemos o movimento de conversar com o hospital, a Mirela fez todo o levantamento da onde as crianças eram oriundas, a gente viu que era o HPV, o hospital nosso. Aí, a gente foi até lá, discutiu com o diretor: “olha, eu acho que a gente tem que pensar outras ações”, porque a gente tem que falar com o SAF, com o CRAS, com o pessoal de saúde do território antes de pensar no acolhimento. Porque aí tu faz duas violências, né? Tu retira o bebê da família, tu não investe na família, já vai e acolhe. Então nós estamos com um número exponencial de bebês. **Mirela, FASC:** Sim. É que o que aconteceu, ali no acolhimento noturno, ele tinha 6, 7 acolhimentos por mês, e o acolhimento emergencial, ele criou para atender a demanda que não tinha mais. Então, era para atender o plantão à noite, uma situação de emergência, que tudo bem. O que aconteceu? Eles usaram para outras finalidades,

254 emergência e risco de vida. Aconteceu uma violência grave, uma criança perdida na rua,
 255 situações muito graves. Eu acho que quem começou a usar foi o conselho e caiu numa zona de
 256 conforto aqui para o judiciário. Eu acho que o Conselho, ele é o primeiro culpado, vamos dizer
 257 assim, culpado de ter esse acréscimo. Ele usou uma coisa que era para favorecer o plantão
 258 como coisa ordinária. A micro não deveria acolher emergencialmente senão em casos
 259 excepcionalíssimos. Botou lá, criança toda quebrada, está chegando na micro de tarde, o que é
 260 que tu faz? Mas não é isso que é usado. E se tu pegar os números, os números do plantão
 261 noturno é mais ou menos o número do acolhimento noturno, mas é o que mais. É isso.

262 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
 263 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu queria propor para a gente acalmar o
 264 nosso coração e a gente ver a apresentação. E eu já estou me coçando de dez vontades de
 265 falar. Mas aí, se a gente não ter todos os dados aqui, a gente não vai ter a apresentação de uma
 266 forma geral. E aí depois a gente consegue estar pontuando. Eu sei, eu sei, eu sei, eu sei. **Sônia**
 267 **Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** É que essa é uma pauta muito cara para
 268 a saúde, e a gente vem há muito tempo sinalizando, pensando sobre isso, e também
 269 conversando com o hospital, principalmente o áreo, e também gostaria de trazer um pouco do
 270 que a gente tem feito na saúde, porque que a gente tem acolhido tantos bebês e porque que a
 271 assistência social tem um olhar sobre esses acolhimentos e a saúde tem outro olhar, e eu acho
 272 que dá para consensuar esses olhares pensando nos dois pontos, porque as crianças, as famílias
 273 são as mesmas. Eu só queria trazer isso, mas eu concordo, vamos ver todos os dados e depois
 274 a gente... **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
 275 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Perfeito. Quando tiver assim, como é
 276 que é, é tipo conferência, levanta a mãozinha e a gente coloca ali. Destaque. **Mirela, FASC:**
 277 Passa a outra, por favor. Vai ficar assim mesmo, porque foi feito no PowerPoint que ficou
 278 complicado. Ali eu trouxe as questões de onde veio a demanda. O emergencial é tudo do
 279 conselho tutelar. Então a gente teve, no ano passado, 390 pedidos emergenciais, são
 280 praticamente 30 por mês. Vocês têm que pensar que é um serviço só, é um número, é um por
 281 dia, é um número grande. E esse ano a gente já teve 229 de emergencial. O que tem o judicial?
 282 A gente tem o judicial que viria CT, o CT faz o que tem que fazer, vai para a rede, conselho
 283 tutelar, apresenta o pedido ao Ministério Público, esse tem que ser o fluxo normal. É o
 284 conselho tutelar que faz o pedido de acolhimento, de acordo com a lei. Então ali a gente vê
 285 que metade do judicial é feito pelo conselho. Podem ver que ali, ó, 101 no ano passado, 136

esse ano. Na apresentação depois, no outro, vocês podem usar, ela vai estar mais organizada, vocês vão conseguir ver. Aí tem coisas que não passam pelo Conselho Tutelar, por motivos que a gente sabe que tem as dificuldades com o Conselho, então vem direto da rede socioassistencial. Isso o número aumentou. E esse ano a rede já pediu mais que o conselho, mais que o ano passado, porque não consegue estabelecer uma relação de rede adequada. A da educação pede um pouquinho mais, e a política de saúde tem pedido quase tanto quanto os conselhos. Eu não consigo ver.

Mirela, FASC: São 128 pedidos do SUS em 2024 e 130 e poucos em 2023. O que o SUS pede geralmente? RI, não é só RI, mas é geralmente RI. E esse dado é de 23, de 24? De 24. O que acontece? Só acho que para instruir essa questão dos bebês. A gente acolheu, desses 100, vamos dizer, de 2023 a gente fez levantamento. De 128 a gente acolheu 90 e poucos. Desses, tinha, ficaram acolhidos, desses foram acolhidos 50. Por quê? Tem alguns casos que tu pede, mas acaba não acolhendo porque aparece alguém. Tem casos que eles pedem muito antes da criança estar em condição. Então, assim, tem um delay entre a necessidade real e porque tem casos que a necessidade é real. E tem uma coisa assim, antigamente como é que funcionava? Quem mais acolhia era o Clínicas. O Clínicas toda sexta-feira vinha com um pacotinho azul, um pacotinho cor-de-rosa, muitas clínicas. A gente não tinha acolhimento do HPV, o HPV investi na família e fazia uma avaliação antes. Hoje tu primeiro acolhe num convênio exclusivo do hospital com o judiciário, não passa nem pelo conselho nem pela rede socioassistencial, então tu não conhece a família, e depois que a criança está no abrigo é que tu vai procurar a família. E muitas vezes tu reverte. Mas aí tem muita gente que não reverte. Tem casos que são revertidos. Hoje a gente tem uma coisa interessante, que é, bom, depois eu vou falar. Então, eu acho que, assim, a faixa etária do acolhimento, depois da pandemia para cá, de recém-nascido explodiu. A gente fez uma pesquisa o ano passado, a gente teve 112 pedidos de recém-nascidos de hospital. Isso equivale a 1% de todos os nascidos vivos da cidade. Sobre os dados do CADÚnico, se a gente for cruzar com os dados do CADÚnico, porque aí tem questão se o serviço está inserido ou não, consegui cruzar. Mas 1% de todos os recém-nascidos da cidade, dos nascidos vivos estarem acolhidos é um número expressivo. Foram 13 mil recém-nascidos, de nascidos vivos. Depois tu tem as coisas que são normais. Aí tu vai ver que o acolhimento acaba ficando maior na faixa dos 6 aos 15 anos, que é a faixa normal, quando começa a estar na idade escolar, mas está problema na escola, tudo que a gente já sabe. Até 5 anos a família dá conta, aí começa a ter os problemas. E isso tem que ser PET, é mais ou menos, é um

319 padrão. Tem um padrão ano a ano. Pode passar. E aqui sobre o conselho, para vocês, como eu
 320 sei que vocês estão bem as questões do conselho, vocês estão procurando, eu trouxe, porque
 321 tem, no relatório tem por micro, tá? No relatório eu vou deixar, está tudo por micro. Mas aqui
 322 vocês estão vendo que tem uma diferença, né? Tem coisas que eu não entendi. Como é que a,
 323 os certos lugares acolhia muito emergencialmente antes da pandemia e pararam de acolher, e
 324 outros que não acolhiam, começaram a acolher um monte. Por que a pandemia mudou nesses
 325 territórios? Aí isso tem uma questão que mudou. Mas sempre o CT 10 e o CT 5 como
 326 destaque. Olha o 4, pelo amor de Deus. A micro que mais teve, recebeu acolhimento, foi a
 327 micro 10. A micro 9, a micro 10, a micro 10. A 9, a micro 10. Mas a gente tem que ter um
 328 outro detalhe: é o perfil do território, porque a gente sabe que tem outras, tem umas micros, a
 329 micro 1 não acolhe emergencialmente, já tem um número bem pequeno. Por quê? Porque ela
 330 acolhe judicialmente um monte. Então o micro 2 também, tem características diferentes, não dá
 331 para olhar só o número, porque nem aqui, aqui no relatório está aberto dado. No site da gente
 332 tem saúde. O que acontece? Cada micro tem uma característica. Dentro do relatório está
 333 aberto, aqui eu só trouxe para vocês verem, mas aqui está explicadinho cada micro que faz até
 334 2023. 2024 a gente não fez ainda porque o ano não terminou e está muito confuso com a
 335 questão, então está esperando baixar. Mas aqui está explicado o movimento. Vocês vão ver no
 336 relatório que eu vou deixar aqui. O que ela disse, a micro 1 e a micro 8, ela tem menos
 337 acolhimento, que ela faz direitinho, ela leva para o judiciário, ela vai para o plantão, ela faz o
 338 fluxo certo. Então, o conselho da micro 1 tem baixo número de acolhimentos emergenciais e
 339 geralmente tem instruído adequadamente os casos, é o conselho que menos acolhe. Acolheram
 340 9 casos em 2023, que representa um decréscimo em relação a 2022. A gente não está
 341 discutindo aqui o acolhimento judicial, a gente está discutindo exclusivamente o emergencial,
 342 onde ele tem a prerrogativa de fazer sem passar pelos órgãos de garantia de direitos. Então,
 343 cada um a gente dá uma explicadinha. Mas me chama a atenção porque teve algumas coisas na
 344 pandemia que realmente mudaram o padrão. 64 casos em 2019, teve 14 em 2020 e depois, lá
 345 em 2018, teve 49. Onde é que, essa discrepância está onde? Isso é uma coisa interessante para
 346 tu pensar a vigilância, né? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de**
 347 **Assis – CPCA:** Mirela, eu acho que era legal, a Sônia tem os dados, um dia para vocês, do
 348 número de crianças por regiões, que é bem diferente. Está vendo que o Partenon e a Lomba de
 349 0 a 18 anos é um índice muito superior que outras regiões da cidade. Tem muito mais crianças.
 350 Aqui embora ali nem aparece a Lomba, está com... **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal**

351 **de Saúde – SMS:** Frei, é que ela também, ela me ponderou que não tem uma, não tem uma
 352 regularidade de trabalho, não tem as mesmas formatos de trabalho, né? Cada, cada CT. E isso
 353 também pode variar, porque às vezes eu sou de um território, pelo que eu entendi, mas a
 354 minha, o meu espaço não tem, por exemplo, espaços emergenciais, aí eu fico noutra micro.

355 **Mirela, FASC:** Não, não, isso não tem nada a ver. Não, porque o acolhimento emergencial só
 356 tem um na cidade. Tu tem um na cidade. Não tem a ver com isso. CTs distribuem pelo
 357 território do Conselho Tutelar. É a origem. É a origem. O acolhimento é uma política
 358 centralizada. Então é de todos. É, o emergencial só tem um. O acolhimento, ele é uma política
 359 centralizada, ele não é que nem a saúde, que tem os territórios, que nem os outros serviços da
 360 assistência. O acolhimento, ele é, ele não é territorializado. Então, eu tenho aqui por território,
 361 eu não trouxe a lâmina ali, porque eu achei que não ia, mas eu coloquei por território de
 362 origem na demanda e somei o judicial e o emergencial. Então, em 2023, o eixo, o eixo
 363 Baltazar, é onde tem a maior demanda, que fica a micro 10. Depois, a, depois a Glória
 364 Cruzeiro Cristal, então, o eixo pediu 149 acolhimentos em 2023. A Glória Cruzeiro Cristal
 365 pediu 92. Somando o Partenon e a Lomba dá 108. Somando o Partenon e a Lomba dá menos
 366 que a Eixo, olha só. É verdade. Então, são coisas. Eu acho que isso, aí tu vê realmente a
 367 origem da criança, qual região ela é, mas aí tu vê que tu somou o judicial. Aí tu vai pegar, por
 368 exemplo, o, vamos pegar, o Centro, Ilhas e o Humaitá Navegantes, eles pediram 40
 369 acolhimentos judiciais e 26 emergenciais. Tu vê que ele faz tudo pelo judicial, como tem que
 370 ser. A micro, que é o norte, norte-nordeste. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural**

371 **São Francisco de Assis – CPCA:** Ô, e olha, Ilhas e Navegantes ali é uma região
 372 extremamente vulnerável, e não tem tanto acolhimento porque há uma criminalização um
 373 pouco da pobreza também. **Loiva, FASC:** Tem, mas eles seguem o fluxo adequado, eles
 374 levam para o judiciário, e tal. **Mirela, FASC:** Eles fazem, os casos deles vem certinho, bem.
 375 Tem duas micro ali, né, tem a 8 e a 1. Só perguntar ali, ó, o que que é aquele depois do CT 10,
 376 OM ou OZ? Outros municípios. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atenção Integrado**

377 **do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** E os outros, o que é?

378 **Mirela, FASC:** Outras situações. Aí, há casos que pegaram e pediram para vir para cá porque
 379 o caso que está, a mãe está aqui, há umas outras coisas aleatórias, que, que na verdade, isso
 380 aqui geralmente são coisas mais estranhas. Por exemplo, esse ano nós tivemos dois maiores de
 381 idade acolhidos. Então, assim, são coisas. O outro caso que veio de, da mãe que estava em
 382 Gravataí ou Cachoeirinha, que veio, a criança estava no hospital, foi transferida para o

383 emergencial nosso, nós ficamos com um mês e meio no hospital com a criança. Aí é caso a
384 caso. Nunca vimos a criança pela rede, chegou por uma determinação judicial. Próxima,
385 próxima. Esses dados que estão ali são dados dos das duas formas de acolhimento, né?
386 Emergencial e judicial. O total está aqui, está no relatório. Está no relatório aqui. Mas é isso
387 que eu disse que achei estranho, a Restinga tinha o maior nível de acolhimento de todos, no
388 emergencial. E depois da pandemia eles pararam de acolher, e não mudou a vulnerabilidade,
389 então para mim é uma questão que chama atenção, porque os casos da Restinga eram casos
390 que não eram tão... E ali o Extremo Sul, que junta Restinga e a micro 6, tem 99 acolhimentos
391 em 2023. Se tu comparar com, ele compara com, ele tem o mesmo número de acolhimentos do
392 Glória Cruzeiro Cristal, que a gente sabe que tem falta de cobertura escolar. Acho que as
393 dificuldades que nós temos aqui hoje. Eu trouxe assim, ó, um resumo do resumo do resumo do
394 resumindo, tá? Porque se a gente fosse falar, eu ia encher laudas e laudas. Conselho Tutelar, os
395 anexos 2, bom, eu não vou discutir que ele pode e que ele não pode. Foi combinado que podia,
396 eu vou partir do que a gente pactuou. Ele traz os anexos 2, que é o instrumento que deveria
397 embasar o acolhimento, incompletos, com poucas informações, nome em branco, idade em
398 branco, endereço em branco. A gente pega o histórico, tem lá idade não informada. Um monte
399 de gente que não sabe idade, não sabe nada. Às vezes vem um nome, fulano, não tem
400 sobrenome, não tem nome da mãe, e tu vai adivinhar a criança como? Aí a gente briga com a
401 saúde que ele quer informações. Como é que eu vou dar informação? Eu não tenho, o único
402 documento que eu tenho do sujeito é aquela folhinha. Casos inconsistentes. Aí está
403 apresentando um caso inconsistente, tem uma rede, nunca passou pela rede, nunca falou pela
404 redinha, o caso não é agudo, por que vai acolher emergencialmente? Demanda fora do fluxo,
405 quer dizer, vai lá na, no dia, no R11, no R12, bate na porta sem passar pelo núcleo, para lá tem
406 que dizer, fora do plantão ou onde quer que seja, porque tem o contra, é guria adolescente
407 envolvida com isso, tem toda uma questão que tu tem que gerir. Fora outras coisinhas que eles
408 fazem fora do fluxo, lá no PAN, bate lá na porta do PAN e manda, manda acolher
409 emergencialmente do PAN porque não quer esperar o tempo tem que ficar lá para fazer essas
410 coisas, que a gente sabe. O acolhimento não é a última medida, o Conselho não esgota o que
411 tem que fazer antes. Aí, isso é histórico, isso também é no judicial. Só que é assim, fica numa
412 posição de muita fragilidade com o executivo em geral. Porque se tu enfrenta, tu tem
413 retaliação. Se tu não enfrenta, bom, cada vez vai aumentando o mando e nós estamos
414 chegando num momento em que a gente não está conseguindo trabalhar mais. A gente como

415 gestão não consegue trabalhar. Aí a Letícia pode dizer mais, que ela opera todo dia isso. É
416 bom que ela diga.

417 **[Pausa na gravação]**

418 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
419 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** retomando então, gente. Retomando e
420 encaminhando. Anotei algumas questões que a gente teve a partir da apresentação da FASC.
421 De antemão, eu acho que a gente tem que aproximar cada vez mais e ter mais frequência esses
422 dados, a apresentação, essa conversa. Quão rica é e quão angustiante é. Porque em vários
423 momentos me irritei. Mas porque eu acho que a gente precisa trabalhar em rede. A gente
424 precisa fortalecer os serviços que já são existentes. Então, quando a gente fala de um
425 acolhimento de bebê, de recém-nascido principalmente, me causa muitas questões em relação à
426 questão da drogadição da mãe, da questão de a gente poder pensar de que hoje as pessoas que
427 usam substâncias, elas estão em qualquer nível social. E que a gente tem que cuidar muito para
428 a gente não trabalhar somente com uma parte da população e aí só acolher uma parte da
429 população, então se é um dos critérios de acolhimento, principalmente. Também penso de que
430 lá na rede, na redinha, o posto de saúde, lá no pré-natal, eu trago o exemplo lá da minha
431 região, tanto o Posto de Saúde da Ernesto Araújo, que é a referência, quanto da 25 de Julho,
432 que são as minhas referências lá, eles sabem a família. Aí eu digo assim: “Ah, a família Maria
433 Joaquina Ramos”. Aí ela disse assim: “Ah, Maria Joaquina, sei. É mãe do fulano, pai do
434 ciclano”. E aí já puxa toda a ficha da pessoa. Então, eu acho que a gente pode estar
435 trabalhando enquanto rede mais afinados e criar e reforçar os fluxos que já se tem. Quanto a
436 essa questão principal, eu coloquei aqui uma reunião da FASC e da Saúde e aí vocês
437 trouxeram a questão do hospital, eu acho que é interessante a gente botar o hospital junto, e aí
438 o CMDCA também, para a gente trabalhar quanto a questões de acolhimento direto em relação
439 a esses bebês. E eu acho que o CT também, que a gente poderia... Na mesma linha, Sônia, eu
440 acho que seria interessante a gente ter uma apresentação da saúde depois com esses dados
441 também, para a gente poder entender às vezes essa questão de mortalidade dos puérperos. Na
442 ata sai direitinho. Eu sou péssima. No 40 dias pós-parto, né? É uma palavra em inglês nova.
443 Daqui a pouco eu tenho que botar os stakeholders aí também. E aí a gente poder, eu acho que
444 trazer essa apresentação porque você colocou no grupo do WhatsApp alguns dados, a gente
445 viu ali na mídia também a sua fala. Eu acho que quão é importante a gente trazer esses dados
446 para a gente ter subsídios, que é na mesma linha que a gente está trabalhando a questão de
447 acolhimento hoje também. Outra questão, daí sim, é quando a gente trabalha com a questão de

448 acolhimento institucional, a gente sempre ouve falar, e é uma parte da nossa fala e não
449 discurso, em que acolhimento institucional é a parte mais cara, né? E tem que ser a última
450 parte. Então, se a gente pensar que é a parte mais cara e tem que ser a última parte, aí antes de
451 chegar lá, a gente tem que fazer o todo antes. Desde a família extensa, desde tudo que é
452 possibilidade. E lógico que a gente falou bastante da questão de prevenção, e para prevenir a
453 questão, trabalhar mais a básica possível, a gente precisa sim de recurso. A gente precisa de
454 recurso na básica e aí, com certeza, não vai ficar lá o mais caro do acolhimento. Também a
455 gente tem que pensar de que hoje nós temos dados, e aí você falou mais ou menos ali, de
456 questões de por que chega no acolhimento. Naquela audiência que a gente teve lá, foi trazido
457 acolhimentos por questões de fome. Foi trazido questões de acolhimento por questões de
458 adolescente, criança, por questões de manejo, limite, como se fosse realmente um castigo. E aí
459 isso não soluciona. Porque isso novamente é uma prevenção que tem que ser trabalhada, é lá
460 na básica que isso tem que ser trabalhado. Eu não soluciono a fome desta criança acolhendo
461 essa criança. Porque provavelmente a família ainda está com fome. Eu não soluciono a saúde
462 para esta criança acolhendo a criança e falando a casa lar, abrigo, sei lá o quê, “façam
463 atendimento de saúde nessa criança”. E aí eu não dou a porta de entrada para a saúde com
464 aquela família lá. Então, assim, são mais questões em que temos que pensar quanto cidade,
465 quanto rede, do que simplesmente o final com o acolhimento. Eu não posso ter 2 anos para
466 uma criança ter uma consulta de neurologista e aí eu acolher essa criança e aí em 2 meses ele
467 tem, nem isso talvez. Então assim, não me soluciona acolher essa criança para ele ter o
468 tratamento. Eu tenho que dar o tratamento para essa criança com a família desta criança, eu
469 tenho que oportunizar naquele bairro, naquela comunidade, nesta cidade, este atendimento.
470 Então assim, a gente tem que pensar maior as situações. A gente tem que pensar de que o
471 serviço de convivência e fortalecimento de vínculo, ele tem que ter vaga. A aprendizagem tem
472 que ter vaga, trabalho educativo tem que ter vaga, tem que ter qualidade e vaga. Tem que ter
473 equipe técnica. Como a Carina disse assim: “Ah, tem que ter os 4 turnos”. Não acho que tem
474 que ter os 4 turnos. Como também não acho de que o conselheiro tutelar, ele tenha que
475 acolher emergencialmente. Lógico que tem tudo sim, cada caso. Mas não de qualquer forma eu
476 acolho, não é assim. E aí eu trouxe também de que a gente tem que fazer uma aproximação.
477 Eu botei aproximação. Com o Conselho Tutelar, Judiciário, Ministério Público e CMDCA e aí
478 quem mais tiver topando se aproximar. Porque a gente vai ter que chegar neste momento de
479 conversa para poder entender o que é acolhimento emergencial e qual é realmente os papéis e
480 de cada um com responsabilidade. Não é simplesmente eu sou a juíza e eu te mando e tu

481 obedece. Não é simplesmente isto. E não é simplesmente o Conselho Tutelar e que está tendo
482 visão de polícia, de apreensão e colocar em um abrigo. Eu acho que a gente tem que
483 reformular os nossos olhares, porque principalmente Código de Menor já passou. Então, se a
484 gente não pensar que nós estamos no ano que vem completando 35 anos do ECA e que em
485 algumas coisas nós estamos regredindo gritantemente, não vai nos adiantar completar 35, 40
486 ou mais anos. Então, como diz o Frei, o impacto de acolhimento institucional na vida de uma
487 criança e adolescente é gritante. E muitas vezes não volta, porque machuca. É uma agressão, é
488 uma violação também. Então a gente não pode ficar simplesmente colocando a qualquer forma
489 os acolhimentos, principalmente o emergencial. **Sônia Silvestrin, Secretária Municipal de**
490 **Saúde – SMS:** Primeiro eu quero agradecer as gurias, a Ângela, né, que eu fui tratando e
491 conversando. Muito obrigada por vocês terem vindo e nos apresentar esses dados para o
492 Conselho. O que eu sugiro como encaminhamento? Quando a gente convidou, era no sentido
493 de que o Conselho vai contratar um diagnóstico e a gente trabalhar em conjunto com a FASC,
494 porque tem os dados e nós, enquanto Conselho, para a gente não trabalhar em dados diferentes
495 e nem para linhas diferentes. Então, talvez no encaminhamento, depois a Carol vai conversar,
496 enfim, no sentido para o que nós, enquanto Conselho, queremos para que a gente possa ter
497 esse diagnóstico. Essa é uma das pautas. Como encaminhamento, uma agenda com as
498 secretarias, porque mais uma vez a gente vê que a gente não conversa internamente. Uma
499 agenda com o judiciário, que se faz muito mais que necessário, e uma agenda com o Conselho
500 Tutelar nesse sentido. Porque senão vira uma pirâmide. Em vez da gente estender e mostrar
501 para fora o que a gente tem, quais são os nossos serviços, o que que a gente oferta, se
502 inverteu. Agora são vocês que têm que me atender de qualquer forma, e não é essa a ideia. E
503 daí uma das questões, quando chamar o Conselho Tutelar, é até a própria responsabilização
504 daquele conselheiro. Ok, como eu concordo com a Mirela, entrega hoje essa criança, acolhe,
505 mas amanhã de manhã tu tens que estar lá para fazer o teu trabalho, para ver onde é que está,
506 onde é que não está. Então essa responsabilização do conselheiro é fundamental. E a pauta
507 para mim acho que a gente vai ter que rever essa questão desse diagnóstico para a gente poder
508 trabalhar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
509 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É bem isso. Eu acho assim que a
510 gente vai ter que pensar algumas linhas. Sim, a questão inicial era a gente ter dados para o
511 diagnóstico, ter dados para o todo, na verdade, da gente poder pensar o acolhimento. Mas, não
512 sei se foi este ano, ano passado, eu já me perco um pouco, mas a gente teve o fórum temático

513 do acolhimento institucional aqui, trazendo exatamente, não trouxe os dados, mas trouxe
514 exatamente as mesmas questões. E aí a partir dali a gente trouxe o Conselho Tutelar também
515 para a gente poder conversar, fez algumas ações, mas acabou também não avançando. Eu acho
516 que a gente tem que retomar essas questões e fazer como a Sônia fala também, da gente poder
517 fazer essas articulações um pouco mais rápidas também, para a gente ver, além dos dados do
518 diagnóstico, eu acho que a gente poderia sentar depois e ver exatamente o que a gente vai
519 estar colocando no nosso processo de diagnóstico. Porque a ideia é a gente, uma das questões
520 é a gente poder questionar cada CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, para a gente poder ver os
521 vazios e os números de atendimento, alguma coisa nessa linha assim. E aí a gente poderia ver o
522 que vocês já vão fazer, que daí a gente pode já ter os dados com vocês, ou a gente também
523 pode ir para uma outra área que talvez não, para não sobrepor. Porque daí a gente não precisa
524 ter os mesmos dados, que vocês já vão ter esses dados também. Gurias, olha só, muito
525 obrigada. Tchau, obrigada. Assim, nós temos, ali eu coloquei na executiva, de eu colocar ali.
526 Veio um ofício da instituição Padre Pedro Leonardi, solicitando que o conselho possa intervir
527 ou dar um parecer sobre dois carros em que foi comprado pela Mitra e na dissolução está
528 pendente na dissolução da instituição entre a Mitra e a instituição Centro Cultural, não sei o
529 que mais, que é do padre Ceron. Então, o que a gente teve executiva hoje de manhã e a gente
530 encaminhou daí para o FUNCRIANÇA. Lá atrás, nós soubemos que a instituição Mitra e o
531 Padre Ceron não estavam mais na mesma instituição; o Padre Ceron não estava fazendo mais
532 parte da Mitra. Estes carros, propriamente dito, foram adquiridos com a parceria Mitra. A
533 instituição que o Padre Ceron hoje faz parte, o Centro Cultural, não sei o quê, e mais o Padre
534 Leonardo também, mandaram um e-mail pedindo que o CMDCA intercedesse sobre esses dois
535 carros. Só que esta questão não diz respeito ao CMDCA. Ela diz respeito ao Funcriança e à
536 parte jurídica para dar um parecer. Tem que encaminhar para a ASSETEC, para o Funcriança,
537 para a PMS, para eles poderem dar a parte técnica. Aí sim, depois provavelmente virá para
538 nós, para podermos ver a questão do registro e inscrição dessas instituições, das duas. Os
539 carros já foram comprados. Mas a parte técnica é com eles. Outra questão: também veio um
540 ofício da suspensão de atividades da Some Aparecida das Águas, solicitando que possamos ver
541 a situação deles quanto à resolução 087. Como falei na semana passada, já encaminhamos, pela
542 FASC e também por aqui, para o PMS 7, para eles poderem fazer um parecer, já que a
543 instituição, neste momento, está sem a parceria naquela região de convivência. Isso a gente já
544 fez. Outra coisa: seminário de novembro. Nós, há um tempo, fomos procurados por uma
545 instituição capacitadora. Nós fomos procurados para fazer um seminário sobre violência contra

crianças na primeira infância. É a capacitação do Programa Ser. Depois posso colocar no grupo do CMDCA geral o e-mail que está sendo trabalhado. Nós tínhamos duas datas, é um seminário de dois dias: 27 e 28/11. Eles querem saber algumas questões: qual é a quantidade do público esperado para o evento? Qual é o espaço? Vai ter lanche? Qual o horário que os capacitadores deles podem chegar no evento? Vocês farão alguma abertura do evento? Qual é o local do evento? São várias questões que eles querem trazer. É uma qualificação gratuita, uma qualificação que eles fizeram a partir de um projeto federal com várias capacitações em várias regiões, que foi apresentado aqui e é um programa maravilhoso. Também pedindo a pessoa de referência. Pensando na questão que nós vamos ter o seminário agora em outubro para o Conselho Tutelar, pensei em reforçarmos um seminário em novembro para o Conselho Tutelar e rede também. Assim, poderíamos fazer esses dois seminários tanto para o Conselho Tutelar quanto para a rede. Teríamos que ver os espaços e as pessoas de referência. Pensei em duas pessoas de referência: Paulo Meira, que não está aqui, e Carlos Simões também. Lógico que articularíamos as demais coisas, mas eles, principalmente, como referência. Falei porque eles não estão aqui, mas acho que seria bem adequado. Uma outra questão para podermos fechar é que hoje de manhã estivemos aqui com a FASC e com o pessoal do Funcriança, e conversamos sobre a resolução 87. Nós temos que fazer uma resolução para alguns encaminhamentos. Das 14 instituições que passaram na resolução 87, que liberou recurso na resolução 92, nós estamos com cinco instituições com algum problema. Dessas, três instituições estão precisando regularizar alguma pendência financeira aqui na SMDS. Como o fundo é vinculado à SMDS, não temos como passar recurso para essas instituições via FASC se elas ainda estão com pendências no Funcriança. E é Funcriança. Já solicitei que seja anexado nos processos o atestado de regularidade do SMDS Funcriança. Precisamos, então, notificar essas instituições que elas terão um prazo limite, que daremos agora, para que possam regularizar essa pendência, ou negociar, ou seja lá o que for. Mas elas têm que organizar a vida financeira delas aqui dentro até um prazo X. Pensei que essa instituição teria para regularizar até o final de dezembro ou início de dezembro. Penso que também não podemos ficar com esse valor preso para uma, duas, três instituições aqui até quando. Até porque nosso objetivo é que essa instituição possa se recuperar e continuar trabalhando. Pensando nisso, hoje é 16 de outubro. Pensei em um prazo até 30 de novembro, ou início de dezembro, porque um mês é bastante tempo. Mas precisamos considerar o encerramento do orçamento. Não adianta arrumar a casa em dezembro, porque se perde o tempo de empenho e perde-se tudo. O empenho vai até 12 ou 15 de dezembro, as datas de finalização já saíram. Portanto, o prazo

579 precisa ser até 30 de novembro. Nossa resolução não tem data de finalização. Por isso me
 580 questionaram hoje, na FASC, até quando esse recurso pode ser liberado. Eu disse que, para
 581 mim, tem que ser o quanto antes, a liberação de tudo. Dia 30 de novembro é um sábado.
 582 Então, o prazo seria até o dia 29, que é uma sexta-feira. Para não haver dúvida, o prazo final
 583 será 29 de novembro. Elas têm tempo. Dia 29, então. Considerando que essas instituições
 584 provavelmente estão com pendência ou em carta de captação ou em editais, o último edital foi
 585 em 2022. Quando a instituição faz a prestação de contas, tanto da carta de captação quanto do
 586 edital, ela tem ciência do que está devendo ou não. Então, mais do que nunca, a instituição tem
 587 que se regularizar para poder receber outro recurso. Não temos como colocar mais recurso.
 588 Infelizmente, compreendo a situação, mas há questões burocráticas que não temos o que fazer.
 589 Ela vai ter que apresentar a negativa, é a documentação básica. Podemos colocar até o dia 29
 590 de novembro como período para essas instituições se adequarem? Ok. Mais uma questão. Há
 591 duas instituições para as quais temos que ver outras formas de repasse. Uma é a Aparecida das
 592 Águas, que eu já falei, que está na PMS. A outra é a Feci, que não tem parceria. Ela tem uma
 593 certa parceria, mas é sem repasse, falaram um termo que não consigo lembrar agora. Elas têm
 594 educação integral pela SMED, mas, a princípio, a educação integral não tem repasse, teria que
 595 se fazer algo por lá. Ou podemos verificar se elas têm carta de captação ativa aqui. Porque elas
 596 têm uma parceria com a FASC. Essa parceria é sem repasse, tem um nome. É uma parceria,
 597 tem um termo. Na verdade, é o serviço de convivência. Assim, de forma, eles oferecem o
 598 estacionamento da Fecin e, em troca, eles atendem crianças e adolescentes no serviço de
 599 convivência. É uma troca pela outra. É uma parceria sem recurso. Então, a parceria é essa. Só
 600 que, exatamente, não tem como fazer um aditamento, porque não tem recurso. Não tendo
 601 recurso, não tem como aditar. Então, onde eles teriam como solicitar recurso, que daí a gente
 602 vai ter uma reunião com a SMED na sexta-feira, eu vou ter lá com o secretário pelo Fórum
 603 também, e aí a gente pode estar levando se há a possibilidade e qual é a possibilidade pela
 604 educação integral, que daí a gente abre esta porta, ou então ver qual é o valor que eles já
 605 captaram, para eles solicitarem o dinheiro e, a partir do dinheiro, a gente fazer um aditivo.
 606 **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** E a
 607 Feci não tem vínculo nem com a FASC, nem com a SMED? Tem educação integral na SMED.
 608 E a SMED não disse lá atrás, pelo secretário Maurício, que pela SMED não precisava de
 609 dinheiro do Funcriança, que eles pagavam direto? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 610 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**

611 **CMDCA:** Mas é isso que eu quero reafirmar. Pagaram a Feci? Não, porque a educação
612 integral, de acordo com a fala do secretário, nenhum da educação integral solicitou recurso.
613 Mas, de qualquer jeito, eu compreendo, até concordo, Sônia. De qualquer forma, nós estamos
614 com cinco instituições em que não vão receber aquele recurso. Três instituições porque estão
615 inadimplentes ou com pendências financeiras aqui no Funcriança e que vão ter que se
616 regularizar para receber. E essas outras duas instituições estão sem parceria. E aí uma é
617 possível a gente ver por onde ela, que é a Feci, que a gente vai poder ver de onde que ela vai
618 receber, que eu acho que vai ser praticamente com a SMED, e a Aparecida das Águas, que daí
619 a gente vai esperar retorno da procuradora. Ok? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**
620 **Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Tem uma outra também que não está aí, que não
621 deve ter se queixado, não pediu apoio, porque também não tem parceria vigente com a FASC,
622 mas tem com a SMED, que é a Vila Flores. Vila Flores afundou na enchente. Qual é o nome?
623 Vila Flores o quê? É uma entidade, uma organização social. Eles têm parceria com a SMED e
624 eu encontrei eles. Eles têm educação infantil? Tem. E eles não pediram; eles disseram que foi
625 tanto problema que eles começaram a se resolver por eles. E aí, quando descobriram o que
626 estava acontecendo isso lá nas nossas reuniões no Tecnopuc, eles falaram: "não estou sabendo
627 de nada", estavam tudo por fora. Mas assim, afundou, afundado. **Carolina Aguirre da Silva,**
628 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
629 **do CMDCA:** Hoje eu estava conversando com a Natália que a gente está com aquela carta de
630 captação da enchente. Nós estamos com quase 300.000 e está para entrar mais algum outro ali.
631 E nós estávamos pensando na semana passada qual o objeto, o que poderíamos colocar. E aí,
632 durante a nossa conversa, veio a luz, literalmente, de fazer esta carta, fazendo no projeto, para
633 instituições que não têm parceria, que não foram auxiliadas nem pela SMED, nem pela FASC,
634 mas que têm registro e foram impactados pela enchente. Sabe? Então assim, nós temos o
635 Instituto REC. Eu não lembro qual é o outro lugar, mas nós temos, eu sei que são cinco
636 instituições em que eu sei, procurando nas minhas anotações, eu acho ali depois quais são, mas
637 são instituições que não têm parceria nem com um, nem com outro. O trenzinho tem. Tá que
638 nem o pessoal pergunta para mim: "Chegou água lá, Carol?". Chegou lá, Porto Alegre acabou.
639 Chegou água na Lomba, Porto Alegre já era. Então, se enquadraria também nessa situação.
640 Não, mas aí a gente vai pensar o projeto, como a gente conversou meio-dia. E aí eu estava
641 falando para as gurias que tem o processo SEI que a gente está trabalhando, que agora eu não
642 me lembro, que a Rose vai ver para mim, que é o da enchente, que tem essas duas cartas de

643 captação em que a gente tem que pegar exatamente a linha. Porque ali fala para a família,
 644 crianças, adolescentes e suas famílias. Então, a gente vai ter que ajudar e amarrar bem nesta
 645 linha para a gente atender tanto as cartas de captação quanto pensar um projeto técnico para o
 646 edital quando vierem os projetos dessas instituições, que vai ser bem específico. A gente poder
 647 mapear e trabalhar. Até eu falei para ela hoje que a gente poderia colocar algumas coisas da
 648 resolução 87. Mapeado dentro da zona, atendido, fotos antes e depois. Algumas coisas, mais
 649 ou menos, como a 87, mas com um projeto bem técnico pensando nessas questões. A Fecin, na
 650 verdade, eu vou ver sexta-feira com o secretário, porque eu também falei para o Pão dos
 651 Pobres que também poderiam pegar recurso com a SMED para aprendizagem e outras
 652 instituições que têm aprendizagem. E aí poderiam também entrar nessa questão. É isso? Mais
 653 alguma coisa? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do**
 654 **CMDCA:** O trenzinho tem? O trenzinho não é o da Lomba? Porque aquele lá afundou, a
 655 cidade está acabada. Se chegar água na Lomba, aí acabou a cidade. **Frei Luciano Elias**
 656 **Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Carol, essa então a Vila Flores
 657 se enquadraria? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**
 658 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Vamos ver. Passamos demais do horário hoje.
 659 Gente, é isso, então?
 660 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos
 661 Direitos da Criança e do Adolescente, às 17h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia
 662 Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.